



Cartografia social

FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Diagnóstico dos territórios





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO REDE JUBILEU SUL	5
Ação Mulheres	7
Priorizamos a educação popular	10
CARTOGRAFIA SOCIAL: DO QUE ESTAMOS FALANDO?	11
Cartografia social e planejamento: qual a relação?	12
O processo de mapeamento social se baseia em quê?	13
Cartografia social a partir da educação popular?	15
Cartografia social: ferramenta de saberes	17
VAMOS FAZER JUNTAS?	19
Roteiro para oficina sobre cartografia social	19
Passo a passo da cartografia social	21
EXPERIÊNCIA NA AÇÃO MULHERES	24
Quais os principais levantamentos identificados no território?	24
Sobre o que conversamos?	28
Análise e reflexão do que aprendemos	30
Boas experiências juntas	31
Encaminhamentos e responsabilidades	32
O que aprendemos?	34
PERFIL DAS OCUPAÇÕES E COMUNIDADES	37
REFERÊNCIAS	57



A Rede Jubileu Sul Brasil (JSB) é composta por organizações, coletivos, movimentos sociais, organizações populares e ecumênicas, política não partidária, de comunidades, militantes, pessoas que atuam na educação popular, mulheres, jovens, pessoas do campo, indígenas, grupos que estão unidos na defesa dos direitos humanos e sociais. Atuamos há 25 anos como movimento global pelo cancelamento, reconhecimento da ilegitimidade e repúdio às dívidas públicas externas, internas, exigindo a reparação e restituição do imenso dano que provocam aos países endividados e ao desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico dos povos. Entendemos que nós, os povos, somos os verdadeiros e as verdadeiras credoras!

Nossa ação está fortemente inserida na mobilização, articulação, educação popular e fortalecimento das lutas e resistências territoriais e contra toda forma de exploração, violência e violações provocadas pela submissão de nossos países ao modelo capitalista, tais como o endividamento público que é estruturante do sistema, a militarização, os acordos de livre comércio que atentam contra os direitos humanos e a soberania dos nossos povos.

Propomos uma integração fundamentada na promoção da vida digna para todas as pessoas, baseada nos valores do respeito à diversidade cultural dos povos e na solidariedade internacional. Defendemos uma sociedade pautada no enfrentamento às desigualdades e às perdas humanas, sociais, ecológicas, financeiras e políticas provocadas pelo sistema da dívida e a sua vinculação com as demais políticas de livre comércio, privatização, guerra, militarização, extrativismo e violação sistemática dos direitos humanos. Nessa perspectiva, buscamos o reconhecimento da ilegitimidade da dívida por meio da investigação integral e por reparações.

Nosso ponto de partida baseia-se na compreensão de que as violações de direitos não são consequência, mas condição de

uma lógica econômica, pautada pelos aspectos já mencionados. Trata-se de uma estratégia de quem tem poder e dinheiro para se apropriar dos recursos naturais, nossos bens comuns, que se efetiva despedaçando, destruindo, degradando, matando e explorando os direitos das pessoas e da natureza.

Direitos, lucro e dívida são uma equação que já comprovamos o resultado. Nesta equação a igualdade esperada pelas elites se obtém por menos direitos para a população que deles necessita, e mais lucros para quem vive da exploração das pessoas, os especuladores e banqueiros que tem na dívida pública o seu cartão de crédito sem limite. Portanto, o resultado só pode ser mais dívidas.

As dívidas financeiras, sociais, ambientais, humanas e políticas daqueles países pobres, em situação de pobreza ou altamente endividados como o Brasil, são mantenedoras de todas essas violações de direitos - desde a sua origem, foram contraídas mediante pressão, suborno, ciladas, ilegalidades e condicionalidades.

A Rede Jubileu Sul Brasil assume o compromisso de lutar e fazer o enfrentamento a este sistema, compartilhando-a com suas entidades membro por se identificar ao longo de sua história, com a luta por uma sociedade igualitária, a partir de suas dimensões de raça e classe, mobilizando, fortalecendo e articulando a produção de pensamento crítico por meio da educação popular. Acreditamos que dessa forma as atuais dinâmicas de opressão do modelo capitalista e a exploração sobre os corpos, territórios e a vida das pessoas serão banidas.

Para além da igualdade de gênero, a autonomia feminista se constrói também em relação ao Estado e ao capital.

Partindo dessa compreensão e dos princípios da educação popular como pilar para a formação de lideranças, para o fortalecimento do protagonismo das mulheres, jovens e comunidades, utilizamos a metodologia de cartografia social e popular para levantamento dos problemas das comunidades, dos territórios, e junto com os sujeitos principais, as pessoas que vivem nestes locais, construir soluções a partir de um plano de ação e resposta.

AÇÃO MULHERES

A Rede Jubileu Sul Brasil atua com cinco eixos de trabalho, sendo um deles Mulheres e Territórios. É neste lugar que se localiza a “Ação Mulheres por reparação das dívidas sociais” e o trabalho territorial. A iniciativa prioriza o fortalecimento das mulheres, a formação e a ação pautada em um plano de resposta, elaborado a partir da educação popular tendo como metodologia a cartografia social.

Em 2017, iniciamos uma ação piloto com trabalhos localizados em São Paulo, Minas Gerais e Fortaleza com essa metodologia de cartografia social. Comprovamos que ela contribui para a organização, articulação e elaboração de um plano de ação desde as comunidades, para o enfrentamento dos problemas identificados pelas pessoas que nelas vivem.

A concepção desta ação parte da premissa de criar sinergia para atuar em comunidades por meio da formação, educação popular e fortalecimento das mulheres para que atuem diante dos diferentes problemas e conflitos em torno das lutas populares, acesso aos direitos fundamentais, como o direito à terra e à moradia digna, que constituem uma questão histórica no país, seja na cidade ou no campo, e que estão no centro da desigualdade social, com forte impacto na vida das mulheres.

Em 2021, em plena pandemia de covid-19, demos continuidade a este trabalho ampliando para outros territórios. Desta vez focamos o trabalho em áreas de ocupações, com o recorte do direito à moradia, especialmente dialogando com as dívidas sociais, tendo como prioridade da ação as mulheres. A Ação Mulheres busca criar sinergia para a prevenção e mediação de conflitos urbanos por reparação das dívidas sociais, com foco nas dimensões de gênero, classe e raça e etnia.

O trabalho acontece em sete territórios e em parceria com diversas organizações e movimentos sociais, dentre elas as entidades membro do Jubileu Sul, tais como: Movimento dos Conselhos Populares,

em Fortaleza (CE); Rede Feminista, em Belo Horizonte (MG); Rede Emancipa, em Porto Alegre e em Santana do Livramento (RS); Semana Social Brasileira e Cáritas Brasileira em Manaus (AM); Cáritas Brasileira Nordeste 3, em Salvador (BA); Central de Movimentos Popular no Rio de Janeiro (RJ); e Sefras – Ação Social Franciscana, União dos Imigrantes Haitianos e Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), em São Paulo (SP). Nestas cidades inúmeras parcerias foram estabelecidas com outras entidades, movimentos sociais e organizações populares.

Em 2025, a continuidade deste trabalho se dá por meio do projeto “Resistência e defesa de direitos frente ao sobre-endividamento público e às mudanças climáticas”, realizado pela Rede Jubileu Sul Brasil, conforme o Termo de Fomento nº 962421/2024, firmado com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, decorrente da Emenda Parlamentar nº 39840002, de autoria da Deputada Federal Fernanda Melchionna.

O principal objetivo da iniciativa é promover a educação em Direitos Humanos, a participação social de comunidades urbanas no debate público sobre os impactos do sistema financeiro e do endividamento público no acesso a direitos e da natureza, principalmente nas mudanças do clima, visando à reparação das dívidas sociais, justiça econômica e climática.

Ao longo do ano de 2025, as atividades beneficiam diretamente cerca de 1.200 pessoas de comunidades urbanas, sobretudo mulheres negras e jovens, em situação de vulnerabilidade social, com baixa renda e impactadas por diversas formas de violência. A ação é pautada no feminismo comunitário, antirracista e antifascista e na crítica ao sistema da dívida.

A ação ocorre nos territórios de Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP), Porto Alegre e Santana do Livramento (RS), atendendo cerca de 720 beneficiárias.

A metodologia de trabalho combina processos formativos e de comunicação popular, ações de incidência e mediação dos conflitos urbanos, com enfoque para o empoderamento e fortalecimento das mulheres.

A partir da cartografia social segue-se para a elaboração de planos de resposta aos problemas identificados pelas comunidades, assim como indica-se os passos na busca por soluções, seja desde dentro da comunidade ou com gestores/as e demais órgãos, como a Defensoria Pública e Ministério Público. O trabalho consiste na construção de espaços para a mediação dos conflitos e de negociação com as autoridades públicas para resolução das demandas emergenciais da população, especialmente nos locais onde ainda não existe esse espaço, ao mesmo tempo em que investe fortemente no fortalecimento da organização autônoma das mulheres e das juventudes.

A Rede JSB, por meio da Ação Mulheres, têm dialogado e fortalecido a luta das mulheres que estão envolvidas especialmente nestas comunidades para o enfrentamento a esta realidade de restrição de direitos. Os conflitos em torno do acesso à terra e à moradia digna constituem uma questão histórica no país, na cidade e no campo, e foram acentuados com a explosão da urbanização no Brasil.

Os conflitos urbanos são originados pela contradição entre a garantia do direito à moradia e os interesses da especulação imobiliária e que se fundamenta no direito à propriedade privada, sem respeitar a função social da propriedade. Houve ainda um aumento da desigualdade social e da concentração de renda e de terra. Por isso, entendemos que o direito à moradia é uma dívida social histórica e lutamos por reparações frente a esta violação sistemática, além da imensa dívida social a ser reparada com as mulheres, em particular.

A “Ação Mulheres por reparação das dívidas sociais” atua no campo organizativo, onde há inúmeros movimentos sociais, comunitários e populares e fóruns que reúnem, tanto os grupos autônomos de moradores das ocupações e assentamentos humanos, quanto instituições públicas e sociais envolvidas com o tema. A organização

das mulheres faz a diferença na luta e na organização desde dentro das ocupações e para a sociedade, pois elas são a maioria da população e dentro das ocupações não é diferente.

A reparação das dívidas sociais no Brasil exige a construção de políticas públicas que enfrentem as desigualdades sociais, principalmente na questão de gênero.

PRIORIZAMOS A EDUCAÇÃO POPULAR

Uma ação que tem na centralidade a defesa dos direitos humanos e o protagonismo das mulheres nos territórios, prioriza incondicionalmente o método de educação integral e popular, que reconhece os saberes e experiências dos sujeitos e suas realidades culturais, sociais, econômicas e religiosas, na construção de novos saberes. Sendo assim, o diálogo, a construção compartilhada do conhecimento; o afeto, a problematização, é fundamental para construção do projeto democrático de enfrentamento e superação às dívidas sociais e as desigualdades sociais.

Avançando ainda mais em ferramentas que possibilitam essa interação, apresentamos a cartografia social e suas habilidades vivenciadas na Ação Mulheres. Como toda ferramenta de trabalho, os aprendizados do caminho trazem perspectivas de formas de utilização do método, surpresas no caminho e potencial de autocrítica na aplicação e na construção das cartografias. Vamos juntas?



DO QUE ESTAMOS FALANDO?

A cartografia social surgiu no final do século 20, juntamente com as representações cartográficas que passaram a contemplar a participação de populações locais nos processos de produção de mapas, tendo como princípio o mapeamento e envolvimento de agências governamentais, organizações não governamentais, povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, dentre outras populações.

Pode-se dizer que a cartografia social remete à conceitos e metodologias que almejam a construção de conhecimentos, a partir de técnicas e experiências do convívio social, dependendo da participação e do compromisso social no processo de construção dessa cartografia.

É fundamental observarmos que um dos objetos da cartografia são os mapas e suas capacidades de trazer elementos para além do tamanho e quantidade de pessoas que existem no território, mas avança no processo social e político de compreensão da realidade local, a partir dos diferentes desafios da existência.

A cartografia social possibilita a politização dos mapas, que antes eram dominados por estratégias e técnicas que, como falávamos anteriormente, eram controladas por agências governamentais e empresas multinacionais. Nesse sentido, os mapas são incorporados às lutas sociais, destacando fatores étnicos, religiosos, de gênero, classe e as disputas por recursos naturais.



Por meio da produção dos mapas, as lutas pela apropriação dos espaços físicos se tornam visíveis, com o objetivo de garantir os direitos territoriais previstos constitucionalmente.

Em síntese, a cartografia social valoriza a construção do conhecimento popular, simbólico e cultural, por meio da participação coletiva, onde diferentes grupos sociais expressam seus anseios e desejos. No Brasil, a cartografia social tem contribuído ao longo do tempo para garantir conquistas, como o reconhecimento de identidades coletivas, direitos étnicos, preservação de práticas culturais ancestrais e demarcação territorial.

Podemos dizer também que a cartografia é um mapa, um levantamento de informações, de como vemos e sentimos o lugar onde moramos. Cartografar é mapear um conjunto de informações do bairro, comunidade ou território que nos orientem para pensar coletivamente em algumas estratégias para chegarmos ao bairro, comunidade ou território que desejamos e temos direito. Realizar a cartografia social ajuda a pensar em soluções, mapear os desafios, as ausências e soluções que podemos alcançar conjuntamente.

Cartografar é termos a carta, a cara do bairro, comunidade ou território, sob outra perspectiva. Na perspectiva de quem vive nesse lugar. A cartografia é uma forma de expressão ou representação de um território, de uma rua, de um bairro, de uma cidade, do lugar onde moramos, que pode ser utilizada para um determinado fim. Como reivindicar demarcação, equipamentos públicos, assentamento, regularização fundiária, e tantas outras finalidades.

CARTOGRAFIA SOCIAL E PLANEJAMENTO: QUAL A RELAÇÃO?

A cartografia também é entendida como uma nova ferramenta vinculada ao planejamento e transformação social, sendo utilizada para a pesquisa-ação-participativa e o desenvolvimento comunitário. Ela é praticada em oposição ao modelo hegemônico, sendo uma construção territorial na qual as relações de poder são transformadas a partir da participação ativa dos habitantes do território, buscando orientar as políticas implementadas com base no interesse coletivo.

O PROCESSO DE MAPEAMENTO SOCIAL SE BASEIA EM QUÊ?

Na representação da comunidade, na atribuição de nomes aos lugares e na criação de símbolos, utilizando sistemas de representação do conhecimento local. Esses mapas não se limitam aos meios de comunicação oficiais, permitindo que as vozes e perspectivas das comunidades sejam compartilhadas e valorizadas.

Entendemos que a cartografia social é uma metodologia de olhar o lugar onde moramos não no aspecto técnico, mas no aspecto político daquele território. Ou seja, vamos cartografar a realidade do bairro, comunidade ou território. Ela vai ser o resultado da nossa observação, junto com a análise da realidade, para atingirmos os objetivos que queremos. Identificando o todo daquele território, as ausências, as pertenças, quem somos naquele espaço, as necessidades e possibilidades.

A diferença dessa para outras cartografias, como a que mencionamos no início, usada por universidades, por exemplo, é que ela vai trazer o olhar de cada uma de nós, especialmente das mulheres que pertencem a este espaço. A ideia é compartilharmos o modo como enxergamos a realidade do local onde vivemos. Se fizermos uma experiência dessas também com a participação dos homens, vocês vão ver a diferença entre o que eles enxergam e o que não enxergam. Assim também acontece na experiência com a participação das juventudes e das crianças. A cartografia social popular nos ajuda a perceber o espaço a partir do nosso olhar. É por isso que a definimos como uma cartografia social e popular.

Neste processo, estamos trabalhando com as mulheres, por isso a perspectiva tem um olhar feminista, sobre como nós mulheres vemos os problemas onde vivemos e as soluções.



Em resumo: a cartografia social traz uma visão do bairro, comunidade ou território, a partir do olhar de cada pessoa, considerando as relações que se estabelecem nele: políticas, culturais, comerciais, religiosas, sociais e subjetivas.

Por meio da cartografia social:

- identificamos o que existe de equipamentos públicos como escola, creche, posto de saúde, hospitais, parques, praças etc, e se esses equipamentos dão conta das necessidades ou problemas das pessoas e das famílias; e o que falta de serviços públicos no local.
- discutimos sobre os problemas e necessidades, ao mesmo tempo em que identificamos com quem podemos contar para enfrentar os problemas identificados: possíveis parcerias, alianças estratégicas, apoios.

nozsa proza

CONTEXTUALIZANDO

DIÁLOGO: JOANA, MARINA E TATI

As mulheres decidiram unir forças para melhorar a vida de todas as pessoas que vivem na ocupação. Joana deu o primeiro passo e convidou a comunidade para fazer a cartografia social. A pequena Marina participou da mobilização desde o primeiro momento e contribuiu com a sua percepção de criança a identificar os problemas locais.





Acho que a cartografia social pode nos ajudar. Podemos estudar o local em que vivemos.

Por meio da cartografia social, podemos identificar todas as dificuldades que enfrentamos.

Estamos unidas e determinadas a lutar por uma ocupação melhor.

E podemos mostrar para as autoridades locais o que precisamos.

CARTOGRAFIA SOCIAL A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR?

Iniciamos este material afirmando que priorizamos a educação popular. Agora que entendemos melhor sobre a cartografia social, vamos aprofundar um pouco mais sobre educação popular?

A história escrita e contada muitas vezes se baseia nas narrativas das versões dos “vencedores”, deixando de lado a autonomia dos sujeitos, mulheres e homens que lutam pelo território. Portanto, é essencial considerar a autonomia desses sujeitos, no processo de “contar e escrever” sua própria história como elemento central na construção de uma nova hegemonia. Como destaca Paulo Freire em relação à construção da autonomia, o melhor ponto de partida é sempre compreender que somos seres humanos em constante desenvolvimento.

O mapeamento social ou a cartografia social vai além de uma representação espacial da comunidade em forma de imagem. É uma descrição discursiva dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, dos conflitos e das perspectivas das lutas. Trata-se de um documento descritivo da comunidade por meio de discursos, imagens fotográficas e mapas que representam a realidade. São construções socialmente elaboradas de um espaço que também é moldado pela comunidade.

Diante das possibilidades da pluralidade e das dimensões que o mapa oferece, surgem as questões:

- Como o mapa se torna um recurso pedagógico e um instrumento da educação popular?
- Qual é a sua contribuição para a luta nos territórios?
- Como organizar os elementos presentes no território para dar visibilidade à luta?
- De que maneira podemos contar com esse instrumento político?

Essas são questões que nos convidam a explorar o potencial do mapa como uma ferramenta pedagógica e política na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

nostra prosa

CONTEXTUALIZANDO

DIÁLOGO: ANA E VAL

Após as primeiras reuniões organizadas por Joana, outras mulheres também se animaram para lutar por seus direitos e agora percebem como o processo da cartografia social tem mudado a realidade onde vivem.

Sabe, amiga, tenho lido muito sobre a cartografia social e a educação popular ultimamente. É incrível como essas abordagens têm o poder de transformar realidades e dar voz às comunidades.

É verdade. A cartografia social permite que as pessoas expressem seus anseios e desejos de forma coletiva, valorizando o conhecimento popular e cultural. É uma ferramenta poderosa para fortalecer a autonomia das comunidades.



Exatamente! Com a cartografia social as pessoas têm o poder de contar e escrever a própria história, rompendo com a hegemonia da história contada pelos "vencedores". E a educação popular entra nessa história de uma forma muito importante. Ela incentiva a participação ativa das pessoas na construção do conhecimento sobre seus territórios.

É isso mesmo! A educação popular e a cartografia social caminham juntas, promovendo a reflexão crítica sobre as estruturas de poder. Empoderam as pessoas para que se tornem agentes de transformação em suas próprias realidades.

Além disso, incentivam a mobilização popular. É uma forma de luta por direitos, identidades e justiça social. Vamos continuar nos informando e discutindo sobre esses temas. Juntas, podemos fazer a diferença. Estamos no caminho certo!

CARTOGRAFIA SOCIAL: FERRAMENTA DE SABERES

A cartografia social emerge como uma poderosa ferramenta de produção de saberes populares, capaz de promover o empoderamento das comunidades e a construção de um conhecimento plural e inclusivo. Ao abrir espaço para as múltiplas perspectivas e narrativas, a cartografia social contribui para uma sociedade justa, na qual o saber popular e ancestral é valorizado e reconhecido como um elemento fundamental na construção de um mundo equitativo.



Agora soma-se mais duas mulheres. A experiência de Joana e Tati com a cartografia social já está inspirando a luta e organização de outras mulheres que também desejam mudanças e conquistas de direitos.

Meninas, tenho pensado muito sobre como a cartografia social pode ser uma ferramenta valiosa para enfrentarmos as dificuldades que encontramos em nossas ocupações.

Com certeza! Nas ocupações, lidamos com desafios como falta de infraestrutura e a constante ameaça de despejo. A cartografia social nos permite mapear e registrar nossas necessidades, buscando soluções coletivas.

Podemos criar mapas comunitários que mostrem as áreas de nossa ocupação que necessitam de melhorias, como falta de saneamento básico, falta de iluminação adequada, entre outros problemas.

Além disso, podemos identificar também as habilidades e talentos presentes em nossa ocupação, promovendo a colaboração e a troca de conhecimentos entre as mulheres. Juntas, podemos buscar soluções coletivas para enfrentar as dificuldades.

Gente, a cartografia social nos permite reivindicar o nosso direito à cidade e à moradia adequada. Podemos mapear os espaços vazios e abandonados em nossas ocupações, apresentando propostas de revitalização e ocupação comunitária.

Podemos registrar as melhorias que alcançamos em nossa ocupação e utilizar esses registros como forma de valorizar o nosso trabalho e inspirar outras mulheres. A nossa união é a nossa força!



VAMOS FAZER JUNTAS?

A Rede Jubileu Sul Brasil, a partir da vivência das cartografias em territórios de Fortaleza, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e Porto Alegre, têm feito um caminho metodológico que proporciona o levantamento de aspectos importantes no que diz respeito à organização social, política, cultural e econômica, na perspectiva principalmente das mulheres em suas comunidades, afinal de contas são elas que passam maior parte do tempo nos territórios.

Apresentamos a seguir um passo a passo e desejamos que essa partilha sirva como fonte de inspiração. Esse passo a passo pode ser sempre melhorado ou adaptado de acordo com a realidade do território onde se deseja incidir, o importante é tentar garantir o máximo envolvimento da população local.

ROTEIRO PARA OFICINA SOBRE CARTOGRAFIA SOCIAL



1. HORÁRIO, LOCAL E PÚBLICO

Inicia-se a ação definindo coletivamente por um local e horário para realizar as atividades. Se for necessário, faça um convite virtual ou impresso a ser distribuído nos locais de movimentação da comunidade, em visitas domiciliares ou espaços mais fáceis de encontrar o público desejado.

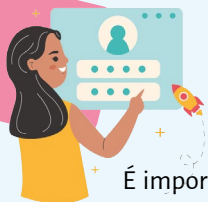
Foque no público que deseja alcançar: mulheres? Jovens? Lideranças comunitárias? Entenda onde quer chegar e com quem quer chegar.



2. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E ACOLHIMENTO

Organize um momento de acolhida para a atividade. O espaço deve estar organizado de forma circular, de forma que todas as pessoas possam se ver. É importante proporcionar o reencontro das pessoas que já se conhecem e também promover o encontro das que estão chegando pela primeira vez. O espaço e o acolhimento devem contribuir para que todas as pessoas se sintam à vontade para participar.

Sugerimos que motive para que cada pessoa possa dizer o nome, as expectativas ou motivações para a atividade. Poesia, música, café, comidas que possam ser compartilhadas, são integradoras, ou para iniciar a conversa ou para finalizar.



3. COORDENAÇÃO E REGISTRO DA ATIVIDADE

É importante decidir quem vai coordenar ou facilitar a atividade, assim como alguém para ficar responsável por observar e fazer o registro da atividade. Neste momento apresenta o objetivo, as intencionalidades e pode-se perguntar às participantes o que elas também esperam da atividade. Explicitar para o coletivo quais dados e informações pretende-se “cartografar” e porquê.

É SEMPRE BOM FALAR PARA O GRUPO QUE:

- Cartografar é mapear um conjunto de informações desse bairro, comunidade ou território, que nos orientem a pensarmos algumas estratégias para termos o bairro, comunidade ou território que queremos;
- Cartografar ajuda a pensar em soluções, mapear os desafios e soluções que podemos alcançar conjuntamente ou unir forças para reivindicações coletivas aos serviços e órgãos públicos competentes.

passo a passo

DA CARTOGRAFIA SOCIAL

Por meio de um desenho do mapa geográfico do local, que poderá ser desenhado coletivamente, faz-se o levantamento dos serviços existentes ou as necessidades apontadas pelo coletivo. Neste passo observa-se pontos como:

- O que existe no território que tem importância para vocês?
- O que afeta a vida de vocês? Faltam escola, creche, igreja, mercado, feira, delegacia, associação de moradores, transporte público, posto de saúde, iluminação pública, saneamento, quadra de esporte?
- Onde estão os grupos de mulheres do território e o que fazem?
- O que não existe no território, mas que também tem importância pra vocês?



Esse levantamento do território compõe a Linha de Base deste local. Ou seja, é o ponto de partida do que temos hoje na comunidade, no bairro ou no território. Linha de Base é o desenho da realidade atual, como a vemos agora. Com a cartografia vamos desenhar e complementar. O que identificaram, como questões para serem resolvidas:

- a. Regularização fundiária e urbanística;
- b. Geração de trabalho e renda;
- c. Plano de participação comunitária e desenvolvimento social;
- d. Faltam serviços públicos ou são deficientes: escola, transporte público, moradias, saneamento básico, espaços de comercialização da produção artesanal;
- e. Funcionamento do ecoponto;
- f. Outros



Quem está coordenando ou facilitando a oficina provoca uma reflexão sobre a relação que existe entre o que está no território apresentado, com as questões apontadas no Estudo de Base:



- Os planos da prefeitura e do Estado darão conta das necessidades indicadas na cartografia? Do que não darão conta?
- Os equipamentos públicos que temos aqui estão próximos às casas de vocês? Como chegam lá?
- Como é o atendimento? O que precisa melhorar?
- Quais problemas vocês identificam em cada equipamento?
- O que já temos aqui pode ser melhorado? O que precisa ser feito? Como?



Quem ou qual instituição pode ser responsabilizada para dar conta de cada problema identificado? Acionada para buscar soluções? O grupo, as pessoas que moram no bairro, comunidade ou território, têm responsabilidade sobre quais problemas?

Exemplo: qual problema que com o empenho das próprias pessoas pode ser resolvido com facilidade?

Outras perguntas que podem ser respondidas:

- Quem são os parceiros?
- Quem são os apoiadores?
- Quem são os aliados estratégicos?
- Quais são os poderes públicos que precisamos acionar por meio de reuniões, audiências?



Depois do mapa desenhado e preenchido com a identificação por legendas, desenhos etc. É o momento de fazer uma reflexão coletiva que pode ser com um "cochicho" para identificar se existem semelhanças entre os problemas que identificaram e os de outros bairros, para que possam pensar como podem se articular na defesa de interesses que são comuns.

Como poderiam se articular? Em torno de quais problemas? No campo da produção? Do conflito? Da defesa de interesses e direitos? Na formação política? Dividir as responsabilidades por cada questão e com quem irão se articular.



Apresentação dos resultados do cochicho

A apresentação do cochicho poderá ser sistematizada em um quadro levantando os principais problemas e potencialidades e os encaminhamentos sugeridos pelo coletivo.



6º passo

É o momento de finalização da oficina, onde é sempre bom saber se as expectativas levantadas inicialmente foram correspondidas. Hora de avaliar o processo. Para isso sugerimos algumas perguntas que podem ser modificadas de acordo com a realidade local.

- Como se sentiram participando da atividade?
- Quem gostaria de assumir algum compromisso com o grupo e qual?
- Alguma sugestão a mais?

CHEGAMOS AO PLANO DE RESPOSTA

Esse caminho metodológico resulta no Plano de Resposta ou no Plano de Ação que deve orientar toda atuação no bairro, comunidade ou território. E com ele, a cada período (seis meses ou mensalmente), a comunidade poderá fazer um monitoramento do que avançou, o que precisa ser ajustado, o que já foi alcançado e o que são vitórias da comunidade. O Plano de Resposta é uma síntese da cartografia social a partir do desenho da realidade (Linha de Base) da comunidade para o atuar coletivo.

EXPERIÊNCIA NA AÇÃO MULHERES

Queremos compartilhar com você alguns elementos da experiência da Ação Mulheres em Belo Horizonte, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

1. Quais os principais levantamentos identificados no território?

Foram utilizados desenhos, informações compartilhadas e percepções das mulheres para mapear o território. Foram identificados importantes elementos, como escolas, creches, igrejas, mercados, feiras, delegacias, associações, transporte, postos de saúde, iluminação pública, saneamento, entre outros. Também demos destaque aos grupos de mulheres do território e suas atividades. Além disso, identificamos as ausências, ou seja, o que é importante para as mulheres, mas ainda não está presente no território.



No encontro realizado na Ocupação Vitória, em **Belo Horizonte (MG)**, o foco foi a cartografia afetiva, na qual as moradoras foram convidadas a compartilhar suas percepções sobre a comunidade e o entorno. Durante a atividade, foram levantadas questões como a existência de uma horta comunitária restrita a um grupo específico e a possibilidade de criação de um parque ecológico próximo à ocupação Alto das Antenas.

As moradoras expressaram o desejo de fortalecer grupos produtivos voltados para o artesanato, culinária e silk screen (serigrafia), bem como a necessidade de uma feira para comercializar os produtos tanto na comunidade, quanto em áreas com maior poder aquisitivo. Também foram mencionadas carências de serviços, como salão de beleza, costureira, produtos de limpeza e horta/temperos caseiros.

Outras preocupações apresentadas incluíram a falta de serviços públicos na comunidade, como coleta de lixo, transporte público, escola e atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Houve relatos de vivências de violências institucionais, principalmente por parte dos servidores da saúde.

Durante o encontro, as participantes tiveram a oportunidade de se apresentar e reconhecer as lutas uma das outras, fortalecendo a união em busca de melhores condições de vida. Foi apresentado um mapa elaborado em 2019, construído em colaboração com a comunidade, que serviu como base para a elaboração de um Plano de Resposta e para enfrentar a retirada das famílias, uma proposta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

As moradoras indicaram no mapa suas localizações residenciais, nomes de ruas e setores, assim como a preferência por equipamentos públicos. Houve discussões sobre a localização de escolas e creches, considerando a distância um problema e outras reconhecendo a falta de espaço central disponível.

Foram mencionados projetos em andamento, como uma fazenda urbana e a possibilidade de um CRAS e um Centro de Saúde dentro da Ocupação Vitória, destacando um lote disponível na Rua Jacarandá. Também foram mencionados serviços desejados, como academia da cidade, transporte

público adequado, melhorias nas vias e calçamento, centro cultural, centro de prevenção à criminalidade, coleta de lixo, tratamento de esgoto, serviço de controle de zoonoses e melhorias de segurança em uma trilha próxima a uma estação de metrô e ônibus.

Além da equipe da Rede Jubileu Sul, foram mencionados parceiros que atuam na comunidade, como as Brigadas Populares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e advogadas populares.



Em Porto Alegre (RS) aconteceu uma caminhada pela Ocupação Vida Nova, com as moradoras distribuindo bandeiras vermelhas e verdes para indicar pontos negativos e positivos, respectivamente. Durante o percurso, as participantes lembraram de outras questões relevantes para a cartografia da comunidade. Foram observadas diferenças nas ruas, como falta de asfalto, presença de buracos e esgoto a céu aberto. Também foram identificadas antenas de alta tensão que representavam riscos para as famílias.



Outra cidade em que a metodologia da cartografia social foi aplicada foi no **Rio de Janeiro (RJ)** onde as mulheres sinalizaram nos mapas os equipamentos públicos e culturais acessíveis e os que não são acessíveis. Questões como transporte, educação, saúde, cultura e lazer foram destacadas nos mapas.

Também chamou atenção a falta de transporte público, infraestrutura precária e a distância entre as ocupações e outros bairros. A educação e a saúde também foram pontos importantes. Houve destaque para a insegurança na moradia, falta de creches, escolas, médicos especialistas e acesso à cultura e lazer.



Em Salvador (BA) as participantes destacaram a falta de médicos e a precariedade no atendimento nos postos de saúde, a falta de segurança e iluminação nas áreas das ocupações, a falta de professores e alimentos vencidos nas escolas, as deficiências no transporte público, a falta de saneamento básico na ocupação e a dificuldade em legalizar os terrenos.

A cartografia social nestes territórios levantou diversos problemas que são semelhantes em cada um deles. Ou seja, podemos observar que cartografar os territórios nos permite essa visão do todo, a partir das particularidades.

2. Sobre o que conversamos?

Com base no levantamento do território, foi aprofundada a análise e mapeadas as questões que precisam ser resolvidas. Isso incluiu a regularização fundiária e urbanística, geração de trabalho e renda, plano de participação comunitária e desenvolvimento social, a falta de serviços públicos ou deficiências nos existentes.



Em Fortaleza (CE) as participantes foram divididas em grupos, onde discutiram coletivamente e desenharam em cartolinas as principais demandas identificadas. Após essa etapa, cada grupo apresentou suas visões, revelando demandas comuns entre elas, como a necessidade de iluminação pública de qualidade, saneamento básico, acesso a serviços de saúde e educação, além de espaços de convívio social e lazer.

Durante a oficina, também foi ressaltada a importância da moradia digna como um conceito que engloba condições plenas de vida, além do simples abrigo. Foi destacado o papel das mulheres na comunidade e a necessidade de fortalecer sua organização política, como a criação de associações e redes de apoio.

A importância da participação local e da mobilização para a busca de soluções foi enfatizada, assim como a possibilidade de acionar instituições externas, como o Ministério Público, para denunciar negligências.



No território de **São Paulo (SP)** as ações foram renomeadas como “Cartografia Itinerante”, que visa contemplar a rotatividade das mulheres imigrantes que residem no local. Foram realizadas quatro oficinas cartográficas, envolvendo principalmente mulheres provenientes de Angola e da República Dominicana do Congo.

Durante as oficinas, foram realizadas diversas abordagens, como rodas de escuta, oficinas de arte e diálogos sobre religião, família, identidade cultural, acesso à cidade, serviços públicos e comércio local. Devido à dificuldade de escrita em português por parte das participantes, foram utilizadas metodologias diversificadas para promover a interação e o entendimento. Uma dessas formas foi promover caminhadas na região para que elas percebessem o território para além da casa que as acolhe, o que ele oferece e como acolhe ou repele quem chega, como é o caso do racismo e da xenofobia a população migrante.

Os registros obtidos durante as atividades foram compilados em um painel, no qual foram discutidas as possibilidades de engajamento político das mulheres, políticas voltadas para a população, projetos de lei e questões relacionadas à moradia, trabalho e renda. Essas iniciativas visam fortalecer a participação e a inserção dessas mulheres na sociedade, além de promover o diálogo e a conscientização sobre seus direitos e oportunidades.

É possível perceber que em cada território a cartografia social pode ser trabalhada conforme o público envolvido e os temas são motivados por essa realidade e o seu entorno.

3. Análise e reflexão do que aprendemos

Foram realizadas reflexões críticas sobre a relação entre o levantamento do território e as questões levantadas na cartografia social. Analisamos se os planos da prefeitura e do Estado são suficientes para atender às necessidades identificadas. Também avaliamos a proximidade dos equipamentos em relação às residências das mulheres, o atendimento nos serviços existentes e os problemas identificados em cada um deles. Buscamos identificar formas de melhorar o que já existe e como isso pode ser feito.

Cada região enfrentou dificuldades específicas, como restrições de acesso, questões de segurança, falta de estrutura, rotatividade das participantes, entre outros obstáculos. No entanto, apesar dessas adversidades, as experiências positivas e as lições aprendidas demonstraram o valor e o impacto da cartografia social.

Uma das principais lições aprendidas foi a importância da participação ativa das mulheres e das comunidades envolvidas. Foi notável o interesse, o engajamento e o desejo de contribuir das mulheres, que trouxeram perspectivas valiosas sobre seus territórios e demandas. O envolvimento das crianças e da juventude também se mostrou significativo, proporcionando olhares frescos e genuínos sobre as comunidades.

A criação de espaços de diálogo entre as mulheres fortaleceu o sentimento de pertencimento, a solidariedade, o afeto e o cuidado mútuo. A troca de experiências possibilitou a identificação de questões comuns e a busca por soluções conjuntas.

4. Boas experiências juntas

Uma das boas experiências vivenciadas em **Manaus (AM)**, foi a participação ativa das comunidades Nova Vida e Coliseu 1, que demonstraram interesse em compartilhar informações e proporcionaram um ambiente propício para o trabalho da equipe. O envolvimento das crianças também foi destacado, pois elas contribuíram de maneira significativa para o mapeamento, trazendo perspectivas únicas.

As refeições foram uma experiência positiva que fortaleceu os laços entre as participantes, criando um ambiente de conexão e colaboração.



O olhar das mulheres sobre suas comunidades foi valorizado, pois trouxeram perspectivas e percepções valiosas que enriqueceram o mapeamento.

No entanto, também foram identificadas algumas dificuldades, como o acesso restrito a determinados locais, a falta de infraestrutura e a ausência de políticas públicas. Esses desafios ressaltaram a importância da organização da comunidade e da busca por soluções coletivas. Essa percepção foi sentida em todos os territórios onde a cartografia foi aplicada.

Essas boas experiências e lições aprendidas demonstram o potencial da cartografia social como ferramenta de empoderamento das comunidades e de identificação de demandas e necessidades locais que devem ser enfrentadas coletivamente.

Já nas comunidades de **Belo Horizonte**, uma das principais lições aprendidas foi a importância da coletividade em todas as etapas da cartografia. A participação ativa e engajada da comunidade foi fundamental para o sucesso da atividade. O trabalho em conjunto permitiu que diferentes perspectivas fossem compartilhadas e consideradas na análise dos espaços e na construção de propostas.

A utilização de recursos materiais também se mostrou valiosa. A visualização dos espaços por meio de mapas, fotografias ou outros recursos auxiliares ajudou na compreensão e reflexão sobre o território. Esses recursos possibilitaram um diálogo mais efetivo e contribuíram para que as propostas fossem construídas de forma participativa, levando em conta as percepções e necessidades da comunidade.

Essas experiências destacam a importância de valorizar o conhecimento local e o olhar da comunidade nas atividades de cartografia social. Ao trabalhar de forma coletiva e participativa, é possível criar propostas mais alinhadas com as demandas e desejos da população, promovendo uma maior aproximação entre a comunidade e seu território.

5. Encaminhamentos e responsabilidades

Foram identificadas instituições e poderes públicos que podem ser responsabilizados para solucionar diversos dos problemas identificados. Discutimos a responsabilidade do grupo em relação aos problemas e quais deles podem ser resolvidos por meio da atuação coletiva. Identificamos também parceiros, aliados estratégicos e poderes públicos que precisam acionar por meio de reuniões, audiências e demais formas de mobilização.

Essa sistematização da experiência das cartografias sociais nos permite reconhecer o protagonismo das mulheres na transformação

do território. Juntas, temos o poder de enfrentar os desafios e buscar soluções que atendam às nossas necessidades e promovam o desenvolvimento comunitário.

A cartografia social é uma ferramenta poderosa para fortalecer nossas vozes e conquistar um futuro mais justo e igualitário. Pelo fato de serem as mulheres que passam maior parte do seu tempo na comunidade, cuidando das crianças, da casa, elas acabam vivenciando a realidade do território com mais propriedade. São as mais afetadas, assim como também as crianças, pelas distâncias, condições de acesso à escola ou creche, a falta de água e saneamento básico. Presenciam a violência doméstica na vizinhança e outras violências que estão presente nas comunidades, sendo muitas vezes as mulheres as que dão o apoio às companheiras vítimas, haja visto que o serviço de segurança pública não chega a tempo, dentre tantos outros problemas do cotidiano local.

nostra prosa

CONTEXTUALIZANDO

DIÁLOGO: JOANA, DENISE, ESTELA, BIA E CARMEM

Após realizar a cartografia social, Joana e outras mulheres pensam em como podem usar as informações e apresentar para autoridades públicas da cidade as necessidades da comunidade.





Essa história retrata a jornada das mulheres e das crianças em uma oficina de cartografia social. Elas exploram o território, identificam problemas e, em seguida, se reúnem para refletir sobre suas descobertas.

O objetivo é capacitar as participantes a utilizar o mapa como uma ferramenta para reivindicar melhorias e promover mudanças positivas em sua comunidade. Por meio da cartografia social elas se fortalecem e se unem para enfrentar os desafios e construir um futuro mais justo e igualitário em sua ocupação urbana.

6. O que aprendemos?

O resultado dessa atividade indica que as pessoas vivem um processo de migração à procura de um lugar para viver. Suas trajetórias de vida são marcadas pelo sofrimento e as desigualdades, decorrentes da expulsão de suas casas e da exploração em relação ao trabalho. Entretanto, um fator importante que apareceu nas atividades foi a forma como ocorre a organização social dos grupos, com uma admirável participação nas ações pensadas para a luta.

Essas mulheres conseguem conhecer os seus direitos e mantêm a esperança de conseguir um teto, conquistar direitos e defendê-los.

Em relação ao processo da cartografia social, verificou-se que a importância dessa metodologia está em possibilitar o reconhecimento das pessoas e de identificar o local onde vivem. O processo de elaboração desse instrumento cria espaços de reflexões sobre a conjuntura política local e nacional.

Além disso, evidencia a sua relação com os conflitos urbanos e as suas procedências históricas, possibilitando o fortalecimento de discursos e a busca de resoluções dos conflitos envolvidos nas experiências cotidianas. Isso facilita que essas mulheres se reconheçam nos processos políticos enquanto protagonistas. É no tecer das histórias de vida que se entrecruza o processo de construção de uma identidade e a luta se forja. Por meio da luta, eles e elas produzem saberes políticos e sociais.

Ademais, a educação popular é a matriz do debate das mulheres, as quais, através dos temas geradores e das rodas de conversa, realizam reflexões críticas sobre a realidade e as suas possíveis transformações.

Nesse sentido, de forma variada, as resistências devem ser alternativas para combater, com ações diversas, todas as dificuldades que atingem as comunidades e as pessoas que ali vivem. Por isso, verificou-se nos diálogos que se entrecruzaram no debate sobre a luta pela terra e pelo teto, ocorrido nas oficinas de cartografia e de história de vida, que as mulheres desejam uma sociedade livre de opressão, de exploração e de exclusão. E, sobretudo, que a produção do conhecimento realizado na perspectiva da organização da luta, da mobilização favorece o acesso à produção dos saberes e se coloca como estratégica para a defesa dos direitos.

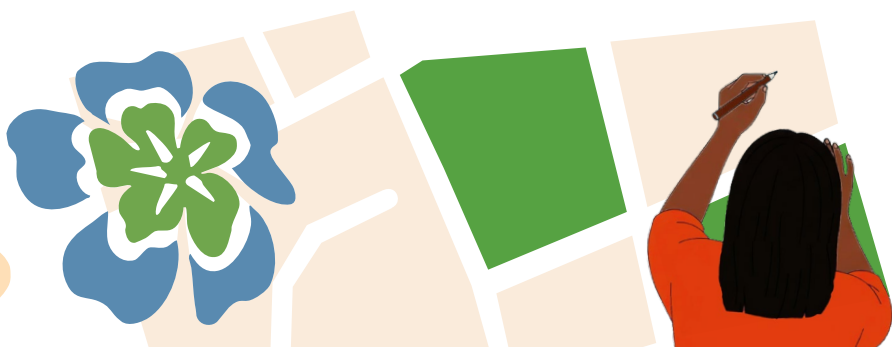
A cartografia social nos coloca frente a frente com elementos presentes no dia a dia, mas camuflados pelo sistema, como a luta de forças entre os direitos fundamentais de todas as pessoas, o lucro

para os ricos e o aprofundamento da dívida pública. Nesta equação a proposta não é facilitar a obtenção de uma solução, ao contrário, esse sistema precariza os territórios e a vida de quem vive nele.

Nesta equação a desigualdade social fica evidente e, motivada pelas elites, para a qual menos direitos para a população que deles necessita, significa mais lucro para quem vive da exploração das pessoas e desses espaços. Portanto, o resultado só pode ser mais dívida social. Essa reflexão esteve presente ao longo das cartografias, pois entendemos que a formação política deve estar associada aos processos de empoderamento.

As dívidas financeiras, sociais, ambientais, humanas e políticas ficaram evidentes nestes processos de cartografar os territórios. Essas dívidas são mantenedoras de todas essas violações de direitos das quais tratamos porque, desde a sua origem, foram contraídas mediante pressão, suborno, ciladas, ilegalidades e condicionalidades ou mesmo expulsão de quem vive nestes territórios.

A Rede Jubileu Sul Brasil compreende que a formação e a educação popular são maneiras fundamentais para realizar os enfrentamentos ao sistema capitalista que impõe perdas de direitos e gera dívidas. Mobilizando, fortalecendo e articulando a produção de pensamento crítico, acreditamos que as atuais dinâmicas de opressão e exploração sobre os corpos e as vidas das pessoas, acumuladas pelo sistema do capital, serão banidas.

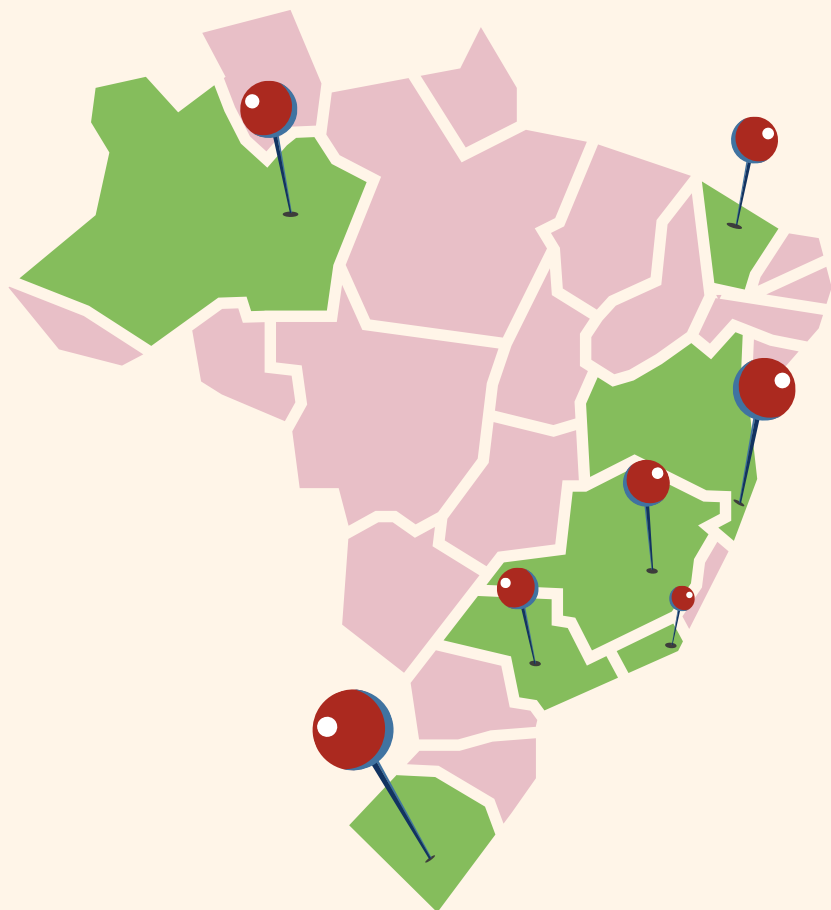


O diagnóstico territorial de 2025 foi realizado a partir do envio de um questionário aos territórios para que as articuladoras locais pudessem realizar o diagnóstico junto às comunidades. O questionário tinha as seguintes questões:

- Nome da ocupação ou comunidade
- Localização
- Número atual de famílias residentes
- Histórico da ocupação e estágio atual da regularização (quando aplicável)
- Atores-chave envolvidos (adversários e parceiros)
- Existência de ameaças à ocupação ou às lideranças
- Condições da infraestrutura local (água, saneamento básico, energia elétrica, escolas, transporte, etc.)
- Presença de ações do poder público municipal ou de outros atores na ocupação
- Impactos recentes de eventos climáticos, como chuvas ou secas

Após o debate coletivo e a construção do diagnóstico pela comunidade, apresentamos a seguir, de forma resumida, os diagnósticos territoriais locais:

LOCAIS DE ATUAÇÃO



COMUNIDADE NOVA VIDA



Localização: Bairro Nova Cidade, Zona Norte de Manaus.

Famílias: 3.400 famílias, das quais 300 são famílias indígenas de 17 etnias.

Histórico: A comunidade indígena do Cemitério dos Índios foi ocupada em 2018, com a alegação dos indígenas que ali é onde descansam seus ancestrais. O território é também um sítio arqueológico, o que gerou conflitos fundiários e decisões judiciais de reintegração de posse.

A comunidade buscou apoio do Ministério Público Federal, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Defensoria Pública e organizações como a Rede Jubileu Sul Brasil. Em 2023, após acordo para retirada dos artefatos arqueológicos com apoio do Museu da Amazônia (MUSA), a ação de despejo foi arquivada. A regularização fundiária avança, beneficiando cerca de 3.500 famílias, e a comunidade aguarda parecer do Ministério Público para garantir urbanização e políticas públicas.

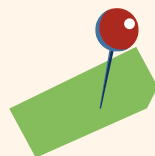
Atores: A atuação no território conta com a participação de diversos atores institucionais e sociais, entre eles a União Nacional por Moradia Popular/AM, o Movimento de Mulheres Unidas por Moradia, o Fórum Amazonense de Reforma Urbana, a Cáritas Arquidiocesana de Manaus, o Tribunal de Justiça do Amazonas, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas, a Amazonas Energia, a Secretaria do Patrimônio da União, a organização Habitat para a Humanidade Brasil, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e a Associação COPIME (Coordenação de Povos Indígenas de Manaus e Entornos).

Infraestrutura: Água e luz foram instaladas, mas ainda são necessários alguns ajustes. Falta escola e Unidade Básica de Saúde na comunidade. São poucas as ações públicas no território.

Impactos Climáticos: Em Manaus, os principais impactos dos eventos climáticos recentes, especialmente durante o período de chuvas,

estão relacionados à dificuldade de mobilidade em determinadas áreas. Isso ocorre porque algumas ruas ainda não são asfaltadas, principalmente em regiões de ladeiras ou no fim de ruas, o que torna o deslocamento mais difícil em dias de chuva.

RIO DE JANEIRO (RJ) PEQUENA ÁFRICA



Localização: Região Portuária do Rio de Janeiro.

Famílias: 30 famílias participam das ações do projeto.

Histórico: A região portuária do Rio de Janeiro, marcada historicamente por processos de remoção e exclusão das classes populares, especialmente a partir da Reforma Pereira Passos no início do século XX, permanece até hoje como um território disputado entre o valor de uso pelas populações locais e o valor de troca explorado pelo mercado imobiliário com apoio do Estado. Nesse contexto de vulnerabilidade e invisibilidade institucional, as mulheres são as mais impactadas pela ausência de políticas públicas, sobretudo habitacionais. As famílias do Quilombo da Gamboa aguardam a seleção do Minha Casa, Minha Vida Entidades, previsto para 2025, visando à construção de 96 unidades habitacionais em terrenos públicos.

Atores: A disputa pelo território se dá pelas forças organizadas, pelas empreiteiras, pelo capital imobiliário e por aqueles que reivindicam o espaço para morar, trabalhar e viver. Parceiros são coletivos defensores dos direitos humanos, como Teto do Brasil, Gastromotiva, universidades, Associação Cultural Lanchonete Lanchonete, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, Ministério Público Federal/Procuradoria Regional, Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Advocacia Geral da União, Secretaria do Patrimônio da União. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

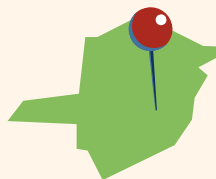
Infraestrutura: O acesso à água, energia, saneamento básico ainda está na esfera do improvável. Já escolas e transportes, apesar de sua existência, são considerados insuficientes para garantir um atendimento de qualidade às famílias.

Ações públicas: No território há duas Clínicas da Família, uma Casa da Juventude, um Centro de Referência da Assistência Social, duas escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio.

Impactos climáticos: Muitas ocupações sofrem com chuvas fortes em virtude da precarização da estrutura dos prédios. Nesse sentido, há risco de desabamento de paredes em tempos chuvosos. No verão, com as altas temperaturas, as famílias tendem a sofrer e correr risco de sinistros devido às precárias instalações elétricas.

No caso do Quilombo da Gamboa, há risco de deslizamento de pedras da muralha que faz divisa com o Hospital da Gamboa, aos fundos do terreno, como já ocorrido com uma grande pedra. Esse fato gerou a necessidade de oficial os órgãos responsáveis pelo projeto de Habitação de Interesse Social, como Superintendência de Patrimônio da União e Defesa Civil.

BELO HORIZONTE (MG) COMUNIDADE ALTO DAS ANTENAS



Localização: Apesar de estar localizada no território do Bairro Bom Sucesso, o acesso ao território e os serviços públicos utilizados (como escola, ônibus e Saúde) são do Bairro Vila Cemig, na regional Barreiro, na capital mineira.

Famílias: 1.500 famílias.

Histórico: A comunidade se instalou de forma espontânea abaixo das antenas de alta tensão da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), por volta do ano de 1994. O território ainda é considerado

como área de alto risco e inadequado para moradia. Prevvia-se a construção de um parque ecológico nesta região, mas isso nunca aconteceu.

A prefeitura continua desocupando as casas construídas em sua parte do território. Sobre a parte do terreno que é da Cemig, tem sido dialogado com as/os moradoras/es para permanência das casas que já estão construídas e da não continuidade da ocupação do território.

Atores: O território compreendido por Vila Cemig, Conjunto Esperança e Alto das Antenas atua uma rede mista formada por serviços públicos e organizações da sociedade civil. Entre os principais atores estão a Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC), o Centro de Saúde, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), e as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs).

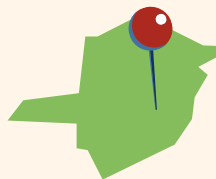
Também compõem essa rede o Instituto Macunaíma, o Coletivo Fubá Café e o coletivo Flores da Resistência, que articula com a mandata coletiva Gabinetona, representada principalmente pela vereadora Iza Lourença. A Pastoral da Criança que atua com apoio de estagiárias da PUC Minas, instituição que também realiza acompanhamento psicossocial de famílias da região. Desde março de 2023, teve início o projeto FENAE, em parceria com a Associação Moradia e Cidadania e a Rede Feminista de Saúde.

Infraestrutura: A comunidade enfrenta sérias defasagens de infraestrutura, com ausência de coleta de lixo, asfalto precário, iluminação insuficiente e difícil mobilidade, agravada pela inclinação do morro. Serviços de transporte como Uber e 99 não acessam a área, dificultando especialmente o deslocamento de idosos e mulheres com crianças. Essas condições comprometem o acesso a políticas públicas, como saúde e educação, localizadas em outras partes do território, e se agravam ainda mais em períodos de chuva, quando muitas crianças deixam de frequentar a escola.

Ações públicas: Novas ações estão previstas para o território através do CRAS e da UPC (Unidade de Prevenção à Criminalidade).

Impactos climáticos: Os impactos mais presentes são aumento de casos de dengue e chikungunya devido muitos lugares com focos de mosquitos, dificuldade de acesso a água e risco de desabamentos durante o período das chuvas por ser uma área de morros e encostas.

BELO HORIZONTE (MG)
OCUPAÇÃO PROFESSOR FÁBIO ALVES



Localização: Bairro Novo Tirol, Região do Barreiro em Belo Horizonte.

Famílias: 750 famílias.

Histórico: Ocupação desde 2018. Reintegração em disputa judicial.

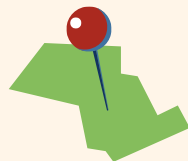
Atores: Os atores deste território são: Movimento Luta Popular, os professores do curso de Arquitetura do IFET Santa Luzia, as escolas públicas do entorno, o posto de saúde local, o Centro de Referência de Assistência Social, a Mesa Brasil, outros movimentos sociais atuantes em Belo Horizonte e organizações sociais com ações e doações frequentes na comunidade

Infraestrutura: O grande adensamento populacional, ausência de intervenções de urbanização por parte do poder público tem gerado problemas que se agravam ano a ano, o principal deles é a drenagem inadequada da água da chuva. Outro problema é a gestão do lixo, apesar de ter coleta diária nas ruas no entorno da ocupação, há dificuldade da comunidade em colocar o lixo no lugar certo para ser recolhido

Ações públicas: Como parte das conquistas da luta, hoje a ocupação é atendida pelas escolas do entorno, cadastrada no posto de saúde e no CRAS.

Impactos climáticos: O principal deles é a drenagem inadequada da água da chuva causando erosão nas ruas e alagamento de moradias.

SÃO PAULO (SP)
DIADEMA
NÚCLEO SANTO IVO / ESCOLA ELIANA SILVA



Localização: Município de Diadema, na região metropolitana de São Paulo (SP).

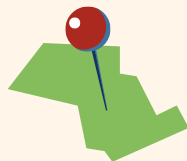
Número de famílias: Não se aplica diretamente, pois trata-se de um espaço de formação política e popular, e não de uma ocupação habitacional.

Histórico: O Núcleo Santo Ivo, por meio da Escola Eliana Silva, é uma iniciativa vinculada ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) que atua na formação popular de jovens e adultos, com foco na alfabetização e no fortalecimento da organização coletiva. O espaço cumpre um papel estratégico na educação política de base, especialmente voltada à população periférica da região do ABC Paulista, e integra outras ações mais amplas, como a luta por moradia.

Atores e parceiros envolvidos: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Unidade Popular (UP).

Impactos de eventos climáticos: A região do ABC Paulista, incluindo Diadema, é historicamente impactada por fortes chuvas, que comprometem a mobilidade urbana e afetam o cotidiano das populações periféricas atendidas pelas ações do núcleo. Esses eventos também podem prejudicar a continuidade das atividades presenciais de formação, sobretudo em períodos de maior instabilidade climática.

SÃO PAULO (SP)
UNIÃO SOCIAL DOS IMIGRANTES
HAITIANOS (USIH)



Localização: Região central da cidade de São Paulo.

Número de famílias: Não se aplica diretamente, pois a atuação da USIH é voltada ao atendimento de imigrantes haitianos em situação de vulnerabilidade, independentemente da configuração familiar ou do número de residentes fixos.

Histórico: USIH atua desde 2014 na promoção e defesa dos direitos da população haitiana migrante, com foco no acolhimento, orientação jurídica e integração social. O grupo surgiu a partir da mobilização de lideranças haitianas frente à ausência de políticas públicas específicas e do aumento da chegada de imigrantes ao Brasil após o terremoto que devastou o Haiti em 2010. Desde então, tem atuado com ações solidárias, orientação e atendimento a demandas emergenciais.

Atores e parceiros envolvidos: União Social dos Imigrantes Haitianos; Rede Jubileu Sul Brasil.

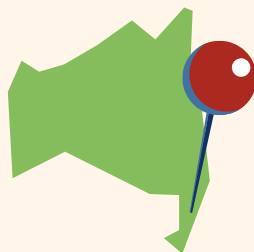
Condições de infraestrutura: A infraestrutura do imóvel utilizado pela USIH é precária para o volume de demandas atendidas. A edificação está localizada em área sujeita a alagamentos e enchentes, o que compromete tanto a segurança quanto a continuidade dos atendimentos, especialmente nos períodos de chuva intensa.

Presença de ações do poder público: Embora existam diálogos pontuais com o poder público municipal e estadual, as políticas de atendimento à população migrante ainda são insuficientes e pouco integradas às reais necessidades da comunidade haitiana.

Impactos de eventos climáticos: A região central de São Paulo, onde se localiza a sede da USIH, é frequentemente afetada por

enchentes, sobretudo no verão. Esses eventos climáticos intensificam a vulnerabilidade da população atendida e afetam diretamente o funcionamento da entidade.

SALVADOR (BA)
PERIFERIAS DE ÁGUAS CLARAS
NOVA BRASÍLIA DE VALÉRIA
VALÉRIA/CAJAZEIRAS



Localização: As comunidades acompanhadas estão situadas nas regiões periféricas de Salvador: Águas Claras, Nova Brasília de Valéria e Valéria/Cajazeiras. Esses territórios ficam nos arredores da BR-324, próximo aos bairros de Cajazeiras e Valéria, áreas marcadas por histórico de expansão urbana desordenada, ausência de infraestrutura adequada e forte presença de conflitos fundiários e violência urbana.

Famílias: Em Águas Claras, vivem aproximadamente 37.029 pessoas em situação irregular.

Em Nova Brasília de Valéria são cerca de 402 domicílios e 1.121 pessoas.

Em Valéria/Cajazeiras, dados aproximados indicam uma população superior a 26 mil habitantes, em sua maioria famílias de baixa renda.

Histórico: Esses territórios foram ocupados a partir de loteamentos irregulares, processos de desapropriação e auto-organização popular. Águas Claras integra a região de Cajazeiras, considerada uma das mais populosas da América Latina. Com a chegada de grandes projetos públicos (rodoviária, metrô, corredor BRT), a especulação imobiliária aumentou, ameaçando a permanência das famílias.

Nova Brasília de Valéria surgiu após o incêndio da Feira de São Joaquim, com doação de terras aos feirantes. Valéria, por sua vez, formou-se sobre antigas fazendas desmatadas e loteadas informalmente. Esses bairros enfrentam carências estruturais,

precariedade dos serviços públicos e ausência de políticas habitacionais efetivas. A regularização fundiária segue como um desafio em todos os territórios.

Atores: Entre os principais atores envolvidos estão:

- Organizações comunitárias: Movimento Cultural de Águas Claras (MOCA), Grupo Notas Coloridas, Centro Educacional D. Paulo VI.
- Organizações da sociedade civil: Rede Jubileu Sul Brasil, Cáritas NE3, Casa do Sol, Congregação Missionárias Filhas do Calvário, Associação Cultural Mestre Pituba, Projeto Ágata Esmeralda (cooperação internacional).
- Órgãos públicos: Prefeitura Municipal de Salvador (Secretarias de Educação, Assistência Social, Promoção da Igualdade), Governo do Estado da Bahia, Embasa, Coelba, Correios, Defensoria Pública.
- Universidades: UFBA, parceiros institucionais internacionais como a Diocese de Crema (Itália) e a Kindernothilfe (KNH).

Infraestrutura: A infraestrutura urbana é precária: falta saneamento básico, abastecimento regular de água e energia. A rede de escolas públicas é insuficiente, especialmente em creches e educação infantil. Não há transporte escolar garantido e as linhas de ônibus são escassas. A saúde pública é deficiente, com poucos postos e hospitais sobrecarregados. A segurança é outro ponto crítico, com presença de milícias, facções e policiamento violento. A população sofre com a ausência de lazer, esporte e cultura.

Ações públicas: Apesar da existência de equipamentos públicos como escolas, postos de saúde e iniciativas da prefeitura, a presença do poder público é considerada frágil.

Impactos climáticos: As chuvas intensas provocam alagamentos, aumento da umidade nos barracos e riscos sanitários. As famílias que cultivam hortas comunitárias sofrem prejuízos com a perda

de produção. As altas temperaturas agravam as condições de insalubridade e reduzem a capacidade de captação de água nos poços artesianos. O racismo ambiental e a negligência institucional aumentam os riscos às populações vulnerabilizadas.

FORTALEZA (CE)



Localização: O foco está na cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana (RM), abrangendo os territórios de Raízes da Praia (Praia do Futuro), Planalto do Pici (zona oeste, entorno do campus Pici da Universidade Federal do Ceará), Conjunto Palmeiras e Jangurussu.

Famílias: Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza - PLHIS 2012, cerca de 843 assentamentos precários abrigavam cerca de 269.265 famílias em Fortaleza (mais de 200 mil domicílios favelizados). A RM tinha estimativa de 1,1 milhão de residentes em condições urbanas precárias (IBGE 2017). Em 2009-2017, mais de 28 mil famílias foram ameaçadas ou removidas; mais de 13 mil efetivamente removidas na RM e cerca de 11.700 em Fortaleza. A demanda habitacional cadastrada na Habitafor superava 160 mil famílias (dados até 2017/2018).

Histórico: Fortaleza enfrenta três conflitos centrais: ocupações urbanas irregulares, despejos e remoções forçadas, e lentidão na implementação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Desde 2009, ocorreram mais de 309 despejos (135 com remoção de 18.641 famílias), e em 2020 houve mais de 900 ações relacionadas a conflitos fundiários. Esses processos são marcados pela ausência de mecanismos administrativos que garantam defesa e cadastro das famílias para inclusão em políticas habitacionais.

Atores: Entre atores locais e de apoio:

- Organizações comunitárias e movimentos sociais: Movimento dos Conselhos Populares (MCP), Frente de Luta por Moradia Digna (FMLD), Associação Comunitária Raízes da Praia, Grupo de Desenvolvimento Familiar (GDFAM), Comitê Gestor da ZEIS Pici, Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, Pastoral Operária, Associação “Mulheres em Movimento”.
- Instituições públicas: Habitafor (Secretário Municipal de Desenvolvimento Habitacional), Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR, Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, Câmara Municipal de Fortaleza, Assembleia Legislativa (Comissão Direitos Humanos).
- Defensoria Pública e redes jurídicas: Núcleo de Habitação (NUHAM), Escritório Direitos Humanos Frei Tito (EFTA), Defensoria Pública do Ceará.
- Universidade Federal do Ceará (Laboratório de Estudos da Habitação - LEHAB, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo), Observatório de Remoções de Fortaleza.

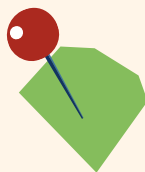
Infraestrutura: Esses territórios sofrem com pobreza de infraestrutura: saneamento básico precário, abastecimento irregular de água, energia muitas vezes irregular ou ausente, transporte público insuficiente. O condicionamento dos serviços à regularização fundiária impede o atendimento efetivo. A educação e a saúde pública são precárias e insuficientes frente à demanda da população.

Ações públicas: Algumas decisões judiciais favoráveis foram obtidas (como no caso de Raízes da Praia, em 2017, com obrigação de fornecer energia e urbanização), embora sem cumprimento efetivo. Projetos de regularização como ZEIS Pici estão em tramitação desde 2020, com o apoio do poder público municipal e participação comunitária. O acompanhamento formal ainda segue lento e limitado.

Impactos climáticos: Os territórios sofrem com chuvas intensas, alagamentos, risco de desabamentos e contaminação sanitária em períodos chuvosos. A ocupação Raízes da Praia, por exemplo, carece de saneamento; barracos pouco estruturados geram insegurança. O Planalto do Pici sofre com ilhas de calor, falta de ventilação e áreas verdes, agravando as temperaturas no verão.

Há também entupimento de redes pluviais que resultam em alagamentos sustentados em determinados trechos. No Conjunto Palmeiras e Jangurussu os impactos mais visíveis são alagamentos severos, esgoto a céu aberto e colapso da drenagem urbana, o que acarreta prejuízos à saúde e bem-estar da população.

PORTO ALEGRE (RS)



Localização: Os territórios acompanhados estão localizados em diversas zonas da cidade de Porto Alegre, com concentração nas zonas Sul e Norte, além do Centro. As principais comunidades são:

- Comunidade Vida Nova, no bairro Restinga (zona Sul), perto do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS Campus Restinga e Hospital Geral da Restinga.
- Vila Nossa Senhora da Conceição, entre Restinga e Lomba do Pinheiro (Zona Sul).
- Vila Nazaré, bairro São João (Zona Norte), próxima ao Aeroporto Salgado Filho.
- Vila Dique, também Zona Norte, adjacente ao aeroporto.
- Vila Nossa Senhora Aparecida, bairro Sarandi (Zona Norte).
- Ocupação Campo do Salso, local urbano (há 10 anos).

- Ocupação Periferia no Centro, no edifício Protetora (Centro).
- Ocupação do Arvoredo, Rua Fernando Machado (Centro Histórico).

Famílias:

- Vida Nova: cerca de 400 famílias em área de 26 hectares.
- Nossa Senhora da Conceição: aproximadamente 300 famílias.
- Vila Nazaré: originalmente 1.300 famílias; hoje mais de 80 persistentes.
- Vila Dique: cerca de 400 famílias resistindo na área remanescente.
- Campo do Salso: cerca de 100 famílias.
- Periferia no Centro: aproximadamente 60 pessoas residentes, mas atende 400 usuários/mês.
- Arvoredo: cerca de 66 famílias.

Histórico:

- Vida Nova: articulada desde 2013 por migrantes rurais, ocupou 26 hectares de um terreno municipal desapropriado destinado originalmente a uso industrial.
- Nossa Senhora da Conceição: surgida informalmente desde 2011; enfrenta ação de reintegração de posse por parte de uma construtora, e disputa interna entre moradores quanto à regularização.
- Vila Nazaré: ocupação antiga (50+ anos) demolida entre 2019 e 2021 para expansão do aeroporto; muitas famílias foram reassentadas, parte permanece resistindo no local.
- Vila Dique: também impactada pelas obras do aeroporto; removidos em massa, com parte da comunidade remanescente resistindo, enfrentando compra assistida e isolamento físico por muro.
- Nossa Senhora Aparecida: desde os anos 1970 em processo de regularização variado; conflitos ambientais e contaminações persistentes.

- Campo do Salso: ocupação espontânea de uma área abandonada, transformada pelos moradores em espaço de convívio.
- Periferia no Centro & Arvoredo: ocupações recentes em imóveis públicos e urbanos abandonados, buscando moradia coletiva e digna frente à crise habitacional pós-enchentes.

Atores:

- Movimentos e organizações populares: União Nacional por Moradia Popular (UNMP/RS), cooperativas e associações comunitárias (Associação Comunitária Nossa Vila Aparecida - ACONVI, Associação da Vila Nazaré).
- Assessoria jurídica e técnica: Escritório Modelo da UFRGS, Ministério Público, advogados independentes.
- Apoio político-institucional: defesa via órgãos públicos e parlamentares locais.
- Lideranças locais: como Dona Zoé (Cozinha Comunitária, Vida Nova), associações de moradores, comunidade religiosa e grupos comunitários (Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, Associação de Mulheres Emergentes da Enchente - AMEE).

Infraestrutura:

- Vida Nova: infraestrutura precária; abastecimento de água, saneamento e energia ainda irregular; cozinha comunitária em consolidação.
- Nossa Senhora da Conceição: quase total ausência de serviços; ainda em fase embrionária de organização comunitária.
- Vila Nazaré e Dique: após reassentamento compulsório, sofreram desarticulação social; remanescentes enfrentam falta de infraestrutura urbana adequada nos espaços de moradia restantes.

- Nossa Senhora Aparecida: parte com escritura ou financiamento quitado; outras ainda em débito ou sem titulação. Infraestrutura básica presente, mas afetada por contaminação ambiental e enchentes.
- Campo do Salso: não acessa água formal, energia ou esgoto adequado; isolamento.
- Periferia no Centro & Arvoredo: ausência formal de Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE e Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE; autogestão improvisada garante água e luz, mas sem regularização oficial.

Ações públicas:

- Vida Nova: negociação em curso com a Prefeitura e laudo divergente sobre valor da área; assessoria técnica ao Plano de Resposta comunitário.
- Nossa Senhora da Conceição: plano de resposta em construção com educação popular sobre regularização e empoderamento comunitário.
- Vila Nazaré e Dique: reassentamentos realizados via PAC e FAR, com acompanhamento jurídico; resistência ativa de remanescentes.
- Nossa Senhora Aparecida: acompanhamento de contaminação e infraestrutura via UFRGS e organizações locais; mobilização por políticas de regularização e reparação.
- Campo do Salso: tentativas de articulação com órgãos públicos para regularização e serviços; ainda invisibilizada.
- Periferia no Centro: diálogo com a SPU; atividades solidárias coletivas; resistência após reintegrações.
- Arvoredo: negociações iniciais com o proprietário e Caixa; intervenção do Ministério Público e apoiadores para garantir moradia digna.

Impactos Climáticos:

- Vila Nazaré e Dique: fortes enchentes em 2024 — casas invadidas por água, danos materiais e exposição a infraestrutura precária.
- Campo do Salso e Arvoredo: alagamentos e interrupções de energia durante chuvas intensas.
- Vida Nova e Conceição: enfrentam riscos de saúde associados à falta de saneamento, mas evidências climáticas ainda não destacadas.
- Nossa Senhora Aparecida: prejuízos significativos na enchente de maio de 2024, evidenciando vulnerabilidades ambientais e infraestrutura inadequada.

SANT'ANA DO LIVRAMENTO (RS) OCUPAÇÕES POPULARES E TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS



Localização: As principais áreas acompanhadas estão situadas no município de Sant'Ana do Livramento, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, junto à cidade uruguaia de Rivera. Os territórios destacados são:

- Comunidade Fronteira da Paz, no centro da cidade (Av. 24 de Maio)
- Ocupação Anacleto, no Jardim III (Rua Anacleto Barbosa)
- Ocupação Vila Real/Batuva, entre os bairros Batuva e Vila Real, cerca de 5 km da prefeitura.

Famílias:

- Fronteira da Paz: cerca de 100 famílias beneficiadas (com prioridade a mulheres chefes de família e trabalhadores de baixa renda).

- Ocupação Anacleta: 13 famílias.
- Vila Real/Batuva: aproximadamente 27 famílias, com variação de entrada e saída.

Histórico: As três ocupações surgiram em resposta à escassez de políticas públicas habitacionais e ao abandono de imóveis e terrenos pelo poder público municipal.

A Fronteira da Paz foi resultado da organização coletiva de famílias periféricas, em articulação com movimentos e cooperativas, culminando na aprovação de um projeto via Minha Casa Minha Vida – Entidades.

A Ocupação Anacleta surgiu durante a pandemia de covid-19 e busca reconhecimento por usucapião coletivo, ainda inédito no município.

A Vila Real/Batuva ocupou área municipal sem uso desde os anos 1990, resistindo a ações de reintegração e buscando numeração predial para acesso a serviços básicos.

Atores: Movimentos e organizações populares: Cooperativa Utopia e Luta, União por Moradia Popular, MNLM e Coletivo Mãos – Arquitetura Terra Território.

Assessoria jurídica: Dr. Lucas Righi (defensor popular da Ocupação Anacleta) e Defensoria Pública do RS (Ocupação Batuva).

Apoio político e institucional: Vereador Dagberto e equipe, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa (ALRS) e PSOL local.

Redes comunitárias: lideranças locais como Alda Rejane (Ocupação Batuva) e comissões de moradores.

Infraestrutura: Fronteira da Paz está em fase de implementação com previsão de habitações, áreas comuns e equipamentos comunitários.

- Ocupação Anacleto:

Água encanada (sem regularização), fossas sépticas individuais

Energia com medidores individuais legalizados

Transporte escolar e acesso a linha de ônibus próxima

- Ocupação Batuva:

Sem água encanada, energia ou coleta de lixo

Serviços públicos a menos de 20 metros, mas inacessíveis por falta de numeração oficial

Transporte coletivo limitado e caro

Ações públicas: Fronteira da Paz obteve aprovação de projeto habitacional federal (MCMV-Entidades) e apoio da Caixa Econômica Federal.

Ocupação Anacleto tem ação judicial em curso com perspectiva inédita de usucapião coletiva.

A Ocupação Batuva foi incluída no debate eleitoral municipal, resultando na recriação da Secretaria Municipal de Habitação.

Pequenas conquistas emergenciais (limpeza de fossas pelo DAE, manutenção de vias, troca de luminárias) ocorreram graças à mobilização dos moradores e de movimentos sociais.

Impactos Climáticos: Ocupação Anacleto: localizada em área inclinada, com risco de deslizamentos, erosão da via e crateras durante chuvas.

Vila Real/Batuvá: vulneráveis a alagamentos e descarte irregular de resíduos; carência de drenagem urbana e saneamento básico.

As comunidades enfrentam riscos de saúde pública e insegurança devido à precariedade estrutural e ausência de urbanização adequada.

REFERÊNCIAS

ALBERDI, R. Aportes de la cartografía social al desarrollo sustentable: un enfoque desde el territorio. 2012. Disponível em: http://fich.unl.edu.ar/CISDAV/upload/Ponencias_y_Posters/Eje05/Alberdi_Ramiro/Alberdi_Aportes_de_la%20CartografiaSocial_desarrolloSustentable.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

ANDIM NETO, F.O. et al. A cartografia social na comunidade Waldemar de Alcântara: instrumento de luta por melhores condições de vida. In: Anais Primeir Congreso de Extensión de la Asociación de la Universidades del Grupo Montevideo – AUGM. Extenso 2013. Disponível em http://formularios.extension.edu.uy/ExtensoExpositor2013/archivos/519_resumen892.pdf Acesso: 5 jul. 2023.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. Cartografia social e cidadania: experiências do mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Editora: Expressão gráfica, 2015.

SOUSA, C. P. et al. Representações sociais: estudos metodológicos em educação. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2011.



Colaboraram nesta publicação

Ada Ponte Jereissati
Alessandra Miranda
Ana Paula Evangelista
Aparecida Mercês
Carolina Mendonça
Cristiane Lopes
Francisca A. Ferreira
Francy Junior
Gorete Gama
Jamilé Mallet
Joseanair Hermes
Josilene Passos
Juliana Possani Kirsch
Karla Monteiro
Kelly Barbosa
Magnólia Said
Marcela Vieira
Maria Beatriz de Oliveira
Raimunda Oliveira
Raissa Lazarini
Rosilene Wansetto
Sandra Quintela
Taciane Soares

Revisão da 2ª edição Ada Ponte

Carolina de Mendonça Rodrigues
Silva
Douglas Silveira Martini
Gorete Gama Hellen Greicy
Barbosa
Lenivalda Eliodora da Silva
Maria Beatriz de Oliveira
Rosilene Wansetto

Assessoria pedagógica

Ada Ponte Jereissati

Assessoria administrativa

Isis Oliveira Cunha
Lucimeire Araújo Paludette

Coordenação de comunicação

Flaviana Serafim

Projeto gráfico e diagramação

Katarina Scervino
Giselle Araújo

faleconosco@jubileusul.org.br
11 94531-7411 / 11 3112-1524

Termo de Fomento nº 962421/2024

2025



Siga nossas redes



@jubileusul



@redejubileusul



@jubileusulbrasil



Realização:



Apoio:

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

